da Fonseca, natural de Capela Nova/MG, nascido em 28/10/1961, residente e domiciliado no Povoado do Melo II, Cx Rural, Área Rural, Capela Nova/MG, CEP 36290-000, e como interditado RICARDO DE SOUZA FONSECA, brasileiro, solteiro, desempregado, nascido em 07/03/1978, RG n° MG-15.206639, CPF de n° 016.713.076-58, filho de Nilza Ananias de Souza Fonseca e de José de Souza Fonseca, residente e domiciliado no Povoado do Melo II, Cx Rural, área Rural, Capela Nova/MG, CEP 36290-000, onde foi decretada a curatela, restrita a aspectos patrimoniais e negociais, por este ser incapaz de exercer pessoalmente os atos de sua vida civil, com fulcro no art. 3º,II, e 1.767, inciso I, do Código Civil. Os autos correm na Comarca de Carandaí-MG, sito na Pça. Barão de Santa Cecília, nº. 13 - Centro, tendo o MMª. Juíza de Direito, nomeado-lhe curador, restrita a aspectos patrimoniais e negociais a OGONCILIO DE SOUZA FONSECA, acima qualificado, tudo conforme sentença proferida no dia 31/08/2025, pela MM.ª Juíza de Direito, Dra. Marié Verceses da Silva Maia, transitada em julgado em 13/10/2025. E, para que ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado pela Imprensa Oficial, e por cópia afixada no Edifício do Fórum em local de costume. Dado e passado na cidade de Carandaí. Júlio Cesar Nunes, Escrivão Judicial, o conferi e subscrevi.

CARATINGA

Processos Eletrônicos (PJe)

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL - COMARCA DE CARATINGA - PRAZO DE 10 (dez) DIAS - JUSTIÇA GRATUITA- SAIBAM todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e respectiva Secretaria, tramita sob o número de ordem 5017870-48.2025.8.13.0134 os autos da ação de INTERDIÇÃO de ELVÉCIO MEDEIROS ,brasileiro, aposentado, nascido em 19/02/1951, titular do RG de n.º MG-20.535.011, inscrito no CPF sob o n.º 060.138.356.75, filho de Gumercindo de Medeiros e Maria da Conceição,residente e domiciliado à Rua Francisco Victor de Assis, n.º 807, Casa, Bairro Esplanada, Caratinga/MG, CEP 35.300.312 ,sendo nomeado curadora LUCIENE MEDEIROS DE SOUSA, brasileira, do lar, divorciada,nascida em 22/10/1984, divorciada, inscrita no CPF sob n.º 091.152.886-50,filha de Lucia Helena de Sousa e José Ribeiro de Sousa, residente e domiciliada à Rua Francisco Victor de Assis, n.º 807, Casa, Bairro Esplanada, Caratinga/MG,CEP 35.300.312 ,, conforme sentença que declarou o interditado relativamente incapaz para exercer, pessoalmente, os atos da vida civil, na forma do artigo 755 §3º, do Código Civil. E, para que ninguém possa e queira alegar ignorância, mandou o MM. Juiz expedir o presente, que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Caratinga-MG. Publicado em 28 de Outubro de 2026. 3 º edital. Juiz de Direito: José Antônio de Oliveira Cordeiro.

COMARCA DE CARATINGA-MG # 3ª VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI # EDITAL DE CITAÇÃO # PRAZO DE 15 DIAS # MARCOS PAULO COUTINHO DA SILVA, MM. Juiz de Direito titular desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que, por este juízo, processam-se os autos da AÇÃO PENAL nº 5005783-26.2026.8.13.0134, na qual a JUSTIÇA PÚBLICA move contra NILL ARLEI RAMISON TURIBIO, brasileiro, nascido aos 09/08/1994, natural de Caratinga, filho de Carlos Hamilton Turibio e Creuza Maria dos Santos, ora em local incerto e não sabido, por crime cometido nesta Comarca (Art. 19 do Decreto-Lei n.º 3.688/1941). CITA o RÉU, acima qualificado, para responder à acusação, por escrito e por meio de advogado, no prazo de 10 (dez) dias, sendo que, nesta defesa, poderá o acusado arguir preliminares e invocar todas as razões de defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretende produzir e arrolar testemunhas. FICA AINDA CIENTE de que, não possuindo condições financeiras para constituir advogado, poderá requerer a nomeação da Defensoria Pública. E, para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 28/10/2026.

COMARCA DE CARATINGA-MG # 2ª VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE # EDITAL DE INTIMAÇÃO # PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS # DR. JORGE ARBEX BUENO, MM. Juiz de Direito desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da AÇÃO PENAL nº 0015423-17.2021.8.13.0134 no qual o Ministério Público move contra RONALDO VIANA MOREIRA, por crime cometido nesta Comarca, pelo qual foi denunciado com incurso nas sanções do art. 129, §9º, do Código Penal, em conformidade com a Lei n.º 11.340/06, por este meio, INTIMA o acusado, ora em local incerto e não sabido, para tomar ciência da sentença de ID10727487880 que julgou IMPROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para o fim de absolver o acusado RONALDO VIANA MOREIRA, por ausência de provas, em homenagem ao princípio in dubio pro reo. E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 28/10/2026. Gerente de Secretaria: Natali Franco de Andrade Bitarães. Juiz de Direito: JORGE ARBEX BUENO.

COMARCA DE CARATINGA-MG # 2ª VARA CRIMINAL, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE # EDITAL DE INTIMAÇÃO # PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS # DR. JORGE ARBEX BUENO, MM. Juiz de Direito desta Vara, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele conhecimento tiverem que por este juízo processam-se os autos da AÇÃO PENAL nº 0005367-80.2025.8.13.0134 no qual o Ministério Público move contra JOSE CARLOS LUCINDO LOPES, por crime cometido nesta Comarca, pelo qual foi denunciado com incurso nas sanções do art. 129, §13, do Código Penal (fato 1); art. 147, §1º c/c art. 61 inciso II, alíneas "e" e "f", ambos do Código Penal (fato 2); e art. 24-A da Lei n.º 11.340/06 (fato 3), tudo na forma do art. 69 do Código Penal e em conformidade com a Lei n.º 11.340/06, por este meio, INTIMA a vítima Z.S.L., ora em local incerto e não sabido, para tomar ciência da sentença de ID10717123261 que julgou PROCEDENTE EM PARTE a pretensão punitiva estatal para o fim de absolver oa cusado em relação ao crime previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/06 (fato 3), por ausência de provas, em observância ao princípio in dubio pro reo, e condenado pelos demais crimas a uma pena de 01 ano e 02 meses de reclusão. E para que não argua ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado na forma da lei. Caratinga, 28/10/2026. Gerente de Secretaria: Natali Franco de Andrade Bitarães. Juiz de Direito: JORGE ARBEX BUENO.

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE MINAS GERAIS
JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE JURISDICIONAL ÚNICA DA COMARCA DE CARATINGA
Rua Luiz Antônio Bastos Cortes, nº. 16, Bairro Dos Rodoviários, Caratinga/MG
CEP: 35300-274, (33) 3322-6450, cgajesp@tjmg.jus.br
EDITAL DE LEILÃO E INTIMAÇÃO
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que será levado a LEILÃO, o bem penhorado, na seguinte forma:
PRIMEIRO LEILÃO: dia 02/12/2026, com encerramento às 13:00 horas. Os lances poderão ser oferecidos desde o momento do lançamento do lote no site do Leiloeiro, até o horário do encerramento, por valor igual ou superior ao da avaliação. Não sendo verificado lances iguais ou superiores ao valor de avaliação, o leilão permanecerá aberto até a data do SEGUNDO LEILÃO: dia 02/12/2026, com encerramento às 14:00 horas, a quem mais der, excetuando-se o preço vil, considerado para tal o preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação (art. 891, § único do CPC/2015), exceto nos casos onde há meação (quando determinado pelo Juiz) ou copropriedade. REPASSE: OS BENS NÃO ARREMATADOS SERÃO DISPONIBILIZADOS NOVAMENTE EM REPASSE, EM ATÉ 15 MINUTOS APÓS O ENCERRAMENTO DO 2º LEILÃO, COM DURAÇÃO DE 01:00 HORA.
No caso de algum dia designado para a realização da Hasta Pública ser feriado, o mesmo realizar-se-á no próximo dia útil subsequente, independentemente de nova publicação do edital.
LOCAL: Através do site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br
PROCESSO: Autos n° 5015329-42.2025.8.13.0134 de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, em que é Requerente PRAES & PRAES BOMBEAMENTO DE CONCRETOS E SERVICOS LTDA. - ME (CNPJ: 12.260.010/0001-45) e Requerido IMPERIUM REVESTIMENTO LTDA (CNPJ: 37.802.730/0001-16).
DESCRIÇÃO DO BEM: 154 m² (cento e cinquenta e quatro metros quadrados) de calçamento sextavado (bloquetes sextavados) em cor preta.
(RE)AVALIAÇÃO: R$ 10.000,00 (dez mil reais), em 25 de março de 2026.
LANCE MÍNIMO NO 2º LEILÃO: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
*No caso de determinação judicial, os bens poderão ser reavaliados ou sua avaliação atualizada pelo índice de correção monetária da Corregedoria de Justiça de Minas Gerais, até a data do leilão, podendo sofrer alteração em seus valores, os quais serão informados pelo Leiloeiro Oficial no ato do leilão.
VALOR DO DÉBITO DA EXECUÇÃO: R$ 9.104,70 (nove mil, cento e quatro reais e setenta centavos), em 05 de setembro de 2025.
LOCALIZAÇÃO DO BEM: Galpão da empresa executada situado na Rodovia MG 425, Gleba 7, Lotes 02 e 03, s/n, Córrego do Calixto / Distrito Industrial, Caratinga - MG.
DEPOSITÁRIO: Marcos Roberto Lopes Filho.
ÔNUS: Eventuais constantes junto aos órgãos competentes..
BAIXA PENHORAS, DEMAIS ÔNUS E TRIBUTOS: Com a venda no leilão, caso haja penhoras, arrestos, indisponibilidades, e/ou outros ônus que gravem o bem, o mesmo será leiloado livre e desembaraçado de quaisquer ônus, até a data da expedição da respectiva Carta de Arrematação ou Mandado de entrega, conforme artigos 903, § 5º, inclusive os débitos de natureza propter rem, conforme artigo 908, § 1º, ambos do CPC/2015. Correrão por conta do arrematante, as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, transferência patrimonial dos bens arrematados e diligências do Oficial de Justiça, se houver. Além disso, tratando-se de direitos sobre imóvel alienado fiduciariamente, os débitos decorrentes da baixa da hipoteca e da alienação fiduciária são de responsabilidade do arrematante (artigo 14, da Lei 6.015/1973).
Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação do Leiloeiro Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou

comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo. Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização deste profissional quanto a demora na posse ou transferência dos bens arrematados, divergências entre as características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

DIREITO DE PREFERÊNCIA: Nos termos do artigo 1.322 do Código Civil, quando a coisa for indivisível e os consortes não quiserem adjudicá-las a um só, indenizando os outros, será vendida e repartido o apurado, preferindo-se, na venda, em condições iguais de oferta, o condômino ao estranho, e entre os condôminos aquele que tiver na coisa, benfeitorias mais valiosas, e, não as havendo, o de quinhão maior.

Assim, para que QUEM TIVER DIREITO (art. 892 § 2º e 3º, 843 § 2º, ambos do Código Processo Civil) possa exercer o direito de preferência dos bens leiloados, deverão, de modo prévio, cadastrar-se e solicitar habilitação no site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br. Ao efetuar o cadastro e habilitação, informar a CONDIÇÃO DE PREFERÊNCIA do bem, para poder, se quiser, exercer referido direito; fornecer as informações e documentos requisitados, e aderir as regras do gestor. O TERCEIRO que, não seguir este procedimento não estará habilitado a exercer o direito de preferência. Respeitadas as regras do DIREITO DE PREFERÊNCIA, havendo licitante em cada lote, seja no 1º ou no 2º leilão, caberá ao TERCEIRO, se desejar, no tempo disponibilizado pelo sistema gestor para que os lances sejam cobertos por outros interessados, exercer o direito de preferência, ao menos igualando ao maior lance e forma de pagamento ofertada.

LEILOEIRO: O Leilão estará a cargo do Leiloeiro Oficial ora nomeado, ALESSANDRO DE ASSIS TEIXEIRA, JUCEMG sob n.º 992/2015, com suporte técnico e utilização da Plataforma Leilões Judiciais www.leiloesjudiciais.com.br.

COMISSÃO DO LEILOEIRO: Havendo arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, a ser custeada pelo arrematante, assim como de 5% (cinco por cento) do valor da proposta para aquisição em parcelas, devida pelo proponente. Em caso de extinção do processo, por adjudicação tardia, por remição ou por transação entre as partes, será devida a remuneração do Leiloeiro no equivalente a 2% (dois por cento) do valor de avaliação do bem. Será devido ao Leiloeiro Oficial, comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação em casos de acordo ou remição após a realização da alienação e arrematação do bem, conforme artigo 7º, § 3º da Resolução 236/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a ser arcado pelo executado remidor. Caso o arrematante não realize o pagamento do lance ofertado e da comissão, será devida pelo arrematante em favor do Leiloeiro a comissão conforme previsão em edital de leilão, Decreto-Lei 21.981/1932 e Resolução 236/2016 do CNJ. Verificado o não pagamento, o Leiloeiro cobrará judicialmente o valor devido, em razão do trabalho por ele realizado, valendo o lance registrado em banco de dados como título executivo. Fica ciente o arrematante inadimplente que fraudar o leilão é crime previsto no artigo 358 do Código Penal e o Magistrado poderá determinar aplicação de multa e demais medidas judiciais previstas em Lei.

COMO PARTICIPAR DO LEILÃO: Quem pretender arrematar ditos bens, deverá efetuar cadastro prévio, no prazo de 24 horas de antecedência do leilão, através do site www.alessandroteixeiraleiloes.com.br, devendo, para tanto, os interessados, aceitar os termos e condições informados no site. Veja no site do Leiloeiro Oficial a relação de documentos necessários para efetivação do cadastro.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Havendo lances nos 3 (três) minutos antecedentes ao horário de encerramento do leilão, haverá prorrogação de seu fechamento por igual período de tempo, a partir do horário de recebimento do último lance ofertado, visando manifestação de outros eventuais licitantes (arts. 21 e 22 da Resolução 236/2016 CNJ). Os arrematantes ficam cientes desde já que não sendo efetuado o depósito da oferta com o respectivo valor acrecidos da comissão do Leiloeiro em até 24 horas, o Leiloeiro comunicará imediatamente o fato ao Juízo (Pena de sofrer as penalidades legais, conforme Artigo 335 de Código Penal), informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à apreciação do Juízo, sem prejuízo da aplicação de sanções legais (art. 897, do Código de Processo Civil).

Caso o arrematante vencedor não efetue o pagamento no prazo determinado, será convocado o segundo colocado na disputa para formalizar a arrematação.

Fica o Leiloeiro autorizado a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito.

Os licitantes deverão acompanhar a realização da Hasta, permanecendo a qualquer tempo em condições de ser contatados pelo Leiloeiro Oficial para o ajuste de proposta, ou para qualquer outra informação que se faça necessária. Eventual prejuízo causado pela impossibilidade de contato ou falta de respostas do licitante, principalmente quando esta não responder prontamente aos contatos do Leiloeiro, serão de responsabilidade unicamente do próprio Licitante.

O(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m), sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Fica ciente o arrematante de que, em caso de invalidação, ineficácia, resolução ou desistência da arrematação, sem culpa do arrematante, o Leiloeiro Oficial procederá à devolução da comissão após a devida intimação e no prazo estabelecido pelo Magistrado. O valor da comissão a ser devolvido será acrescido de correção monetária, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a data do pagamento ao Leiloeiro até a data da efetiva devolução, conforme o art. 389 do CPC, sem a incidência de juros moratórios.

PAGAMENTO DE FORMA À VISTA: A arrematação far-se-á mediante pagamento à vista, no prazo de 24 horas da realização do leilão (art. 884, inciso IV, do CPC/2015).

ARREMATAÇÃO PELO CREDOR: Se o exequente arrematar o bem e for o único credor, não estará obrigado a exibir o preço, mas, se o valor dos bens exceder ao seu crédito, depositará, dentro de 3 (três) dias, a diferença, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação, e, nesse caso, realizar-se-á novo leilão à custa do exequente (art. 892, §1º, do CPC/2015). Na hipótese de arrematação com crédito, o exequente ficará responsável pela comissão devida ao Leiloeiro.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

VISITAÇÃO: É vedado aos Senhores Depositários criarem embaraços à visitação dos bens sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC, ficando desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Em caso de imóvel desocupado, também fica autorizado o Leiloeiro a se fazer acompanhar por chaveiro. Igualmente, ficam autorizados os colaboradores do Leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para inseri-lo no portal do Leiloeiro, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem.

DÚVIDAS e ESCLARECIMENTOS: Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser adquiridas através do Telefone: 0800 500 9910 e do e-mail contato@alessandroteixeiraleiloes.com.br.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.alessandroteixeiraleiloes.com.br, e também no site de publicações e consultas de editais de leilão PUBLICJUD, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC/2015.

ARREMATAÇÃO: Assinado o auto, pelo Juiz, pelo Arrematante e pelo Leiloeiro Oficial, a arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável, ainda que venham a ser julgados procedentes os embargos do executado ou a ação autônoma de que trata o § 4º deste artigo, assegurada a possibilidade de reparação pelos prejuízos sofridos (art. 903 caput, do CPC). Tratando-se de leilão eletrônico, o Leiloeiro Oficial poderá assinar o auto pelo arrematante, desde que autorizado por procuração.

OBSERVAÇÕES GERAIS: O Leiloeiro Público Oficial, por ocasião do leilão, fica, desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Este edital está em conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o Executado IMPERIUM REVESTIMENTO LTDA na pessoa de seu(s) representante(s) legal(is), bem como os eventuais: terceiros interessados, depositários, coproprietários, proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015).

E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca.

Caratinga/MG, 28 de outubro de 2026.

MAX WILD DE SOUZA

Juiz de Direito